



## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO  
NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA**

**PARA A AQUISIÇÃO DE SIMULADORES PARA  
CENTRO TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO (CTE)  
INDUSTRIAL, POR LOTES**

**Para POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A.**

**OUTUBRO DE 2024**

O presente procedimento segue a modalidade de **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA A AQUISIÇÃO DE SIMULADORES PARA CENTRO TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO (CTE) INDUSTRIAL** da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. entidade proprietária da **ETAP - ESCOLA TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E PROFISSIONAL DE POMBAL**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP).

## PROGRAMA DE PROCEDIMENTO – PROCESSO N.º 0147-2024\_CPI

O Conselho de Administração da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., aprovou o presente documento

O Presidente, em representação do Conselho de Administração

O Vogal, em representação do Conselho de Administração

## ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
1. OBJETO DO CONCURSO.....	5
2. ENTIDADE ADJUDICANTE.....	5
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	5
4. FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO .....	6
5. CONCORRENTES.....	6
6. PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	7
7. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	7
8. ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS .....	8
9. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS .....	9
10. ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	9
11. ERROS E OMISSÕES .....	10
12. PREÇO BASE .....	10
CAPÍTULO II - PROPOSTA .....	11
13. PRAZO E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	11
14. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	11
15. IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	13
16. PREÇOS DA PROPOSTA .....	13
17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	14
18. CRITÉRIO DE DESEMPATE .....	14
19. PROPOSTAS VARIANTES.....	15
20. NEGOCIAÇÃO.....	15
21. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	15
22. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS 15	
23. CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA .....	16
CAPÍTULO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	16
24. LISTA DE CONCORRENTES .....	16
25. ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	17
26. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS.....	17
27. SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS .....	17
28. RELATÓRIO PRELIMINAR .....	18
29. AUDIÊNCIA PRÉVIA .....	18
30. RELATÓRIO FINAL .....	18
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO .....	19

31.	DEVER DE ADJUDICAÇÃO .....	19
32.	NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO .....	19
CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO .....		19
33.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	19
34.	IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 21	
35.	APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS 22	
36.	CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES.....	22
37.	NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	22
38.	NÃO PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO .....	23
39.	CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO .....	23
CAPÍTULO VI– CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....		23
40.	REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO.....	23
41.	ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO .....	23
42.	RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO.....	24
43.	OUTORGA DO CONTRATO .....	24
44.	NÃO OUTORGA DO CONTRATO.....	24
CAPÍTULO VII– DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS .....		25
45.	PROVA DE DECLARAÇÕES.....	25
46.	FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES .....	25
CAPÍTULO VIII– DISPOSIÇÕES FINAIS .....		25
47.	NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES .....	25
48.	ENCARGOS DOS CONCORRENTES .....	25
49.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	26
50.	ANEXOS .....	26
Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP].....		27
Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP].....		29
Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio .....		30
Anexo IV – Modelo de proposta de preço e de outros atributos.....		31
Anexo V – Modelo de declaração de independência da proposta.....		36
Anexo VI – Modelo de avaliação das propostas .....		37

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. **OBJETO DO CONCURSO**

1.1. O objeto do presente procedimento é a **AQUISIÇÃO DE SIMULADORES PARA CENTRO TECNOLÓGICO E ESPECIALIZADO (CTE) INDUSTRIAL** da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. entidade proprietária da ETAP - Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, no âmbito da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovada (projeto n.º 1574).

1.2. Os lotes objeto do concurso são os seguintes:

- a) LOTE A – Simuladores Portáteis
- b) LOTE B – Simuladores Portáteis de Comando
- c) LOTE C – Bancada Electropneumática
- d) LOTE D – Máquina de Soldar Virtual
- e) LOTE E – Bancada Didática Hidráulica

1.3. A presente aquisição de bens móveis encontra-se classificada, para todos os lotes objeto do concurso, com o código principal 38970000-5 - Simulador de investigação e ensaio técnico-científico, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### 2. **ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é a POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., NIF 504609696, com sede em Avenida Vasco da Gama, Parque Industrial Manuel da Mota, Pombal, com o telefone n.º 236200810, e email [info@etap.edu.pt](mailto:info@etap.edu.pt)

### 3. **ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. conforme deliberação que consta do documento interno n.º **DP/128/2024** de **08 de outubro de 2024**.

### **4. FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

- 4.1. A POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. submeteu uma candidatura no âmbito da Componente 6 Qualificações e Competências (C6) do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional do Plano de Recuperação e Resiliência, com o objetivo de proceder à criação de um Centro Tecnológico Especializado na área industrial, que possibilitará que a Escola fique dotada com os mais modernos e inovadores equipamentos utilizados pelas empresas nos domínios da manutenção industrial e da metalomecânica.
- 4.2. Na sequência da aprovação da referida candidatura, a POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. tem a necessidade, na presente data, de adquirir simuladores para equipar o Centro Tecnológico Especializado.
- 4.3. A satisfação da necessidade exige o recurso a operadores económicos a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade de a POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.
- 4.4. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor estimado do contrato e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.
- 4.5. As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP

### **5. CONCORRENTES**

- 5.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
- 5.2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
- 5.3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições

legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.

- 5.4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 5.5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 5.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1º a 20º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
- 5.7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

## **6. PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 6.1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
- a) O Anúncio no Diário da República;
  - b) O Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
  - c) O Programa de Procedimento e seus anexos;
  - d) O Caderno de Encargos.

## **7. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 7.1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados até ao termo da data e hora limite de apresentação das propostas, em suporte físico na sede da empresa na Avenida Vasco da Gama, Parque Industrial Manuel da Mota, Pombal e serão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov.
- 7.2. A consulta das peças de procedimento referidas no número anterior pode ser efetuada das 10:00h às 12:00h e das 14:30h às 16:30h, na morada indicada no n.º 1, nos dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 7.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.

- 7.4. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
- 7.5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no nº 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 7.6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.
- 7.7. As peças do procedimento estarão também disponíveis para consulta dos interessados, até ao termo da data e hora limite para apresentação das propostas, na página de internet da ETAP em <https://portal.etap.edu.pt/article/page-contratacao-publica>.

### **8. ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS**

- 8.1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir também com o disposto nas alíneas seguintes:
- a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
  - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.



- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

### **9. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados pelo Júri do procedimento, no uso de competência delegada pelo Conselho de Administração da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A..

### **10. ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 10.1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até às 23h59m59s do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
- 10.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso de competência delegada pelo Conselho de Administração da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., até às 23h59m59s do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 10.3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

10.4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **11. ERROS E OMISSÕES**

- 11.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas (até às 23h59m59s), os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica acinGov, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 11.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (até às 23h59m59s), o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 11.3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
- 11.4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **12. PREÇO BASE**

- 12.1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 12.2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
- 12.3. O preço contratual máximo encontra-se definido na cláusula 14.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

## CAPÍTULO II - PROPOSTA

### 13. **PRAZO E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) A data limite de entrega de proposta é até às **17h00m00s do 30.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para o Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- b) A entrega das propostas do presente concurso público deverá ser efetuada na plataforma eletrónico de contratação pública **acinGov** acessível através do sítio eletrónico da plataforma, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

13.2. **Os concorrentes podem apresentar proposta para um, para alguns ou para todos os lotes objeto do procedimento.**

13.3. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.

13.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do artigo 137.º do CCP.

13.5. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

### 14. **DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

14.1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º do CCP:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <https://espd.uzp.gov.pl/>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se a o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública.

- i. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (já com as alterações previstas no Artigo 23.º do referido diploma legal), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (**Anexo I do presente Programa de procedimento**);
- c) Proposta de preço, de acordo com o **Anexo IV do presente Programa de Procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- d) Declaração de Independência da Proposta, elaborada em conformidade com o **Anexo V ao presente Programa de Procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- e) **Características técnicas do fabricante de cada um dos equipamentos a fornecer objeto do(s) lote(s) a que concorre**, devidamente assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- f) Certidão atualizada do registo comercial (**certidão permanente**) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
- g) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa através da certidão permanente deve ainda ser entregue um **documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo(s)** (procuração ou documento equivalente);
- h) Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

14.2. A POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente;

- 14.3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no nº 14.1 do presente ponto devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- 14.4. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

### **15. IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

- 15.1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
- 15.2. Com exceção ao disposto no número anterior, é permitida a utilização dos estrangeirismos que constam nas especificações técnicas dos equipamentos do Caderno de Encargos.

### **16. PREÇOS DA PROPOSTA**

- 16.1. No preço unitário a apresentar pelos concorrentes para cada um dos equipamentos objeto do(s) lote(s) a que concorre devem estar incluídos todos os custos, encargos e despesas que o concorrente prevê realizar no fornecimento, nomeadamente:
- a) valor de aquisição do equipamento;
  - b) custos com o armazenamento do equipamento, se aplicável de acordo com o apresentado na proposta;
  - c) custos com o transporte do equipamento para o local de entrega;
  - d) custos no âmbito do prazo de garantia dos equipamentos exigida;
  - e) custos com os serviços de instalação, de configuração e com a realização de testes para verificação da operacionalidade do equipamento;
  - f) custos com o suporte técnico remoto e assistência técnica presencial nos termos que propõem;

- g) custos com as ações de formação a desenvolver;
  - h) custos com as licenças de utilização.
- 16.2. Os preços unitários dos bens, os preços parciais e o preço global da proposta deverão ser indicados em algarismos, no máximo com duas casas decimais, e não devem incluir o IVA.
- 16.3. Se os valores unitários, os preços parciais e/ou o valor global da proposta for apresentado com mais do que duas casas decimais, serão arredondados oficiosamente à centésima superior se a milésima for superior ou igual a 5. Caso seja inferior a 5 será arredondado à centésima inferior. Os preços resultantes da retificação oficiosa serão os que vigorarão para a determinação do preço total da proposta, bem como durante a globalidade do prazo de execução do contrato.
- 16.4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 16.5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 16.6. Os preços unitários indicados na lista de preços unitários apresentada em formato editável prevalecerão sobre qualquer outro preço unitário apresentado pelo concorrente.

### **17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação será efetuada por lote, de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, sendo o critério de adjudicação densificado por um conjunto de fatores e subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea a), n.º 1, artigo 74.º do CCP de acordo com o modelo Anexo VI do presente Programa de Procedimento, consoante aplicável.

### **18. CRITÉRIO DE DESEMPATE**

- 18.1. Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação das propostas, serão aplicados, por lote, sucessivamente, os critérios definidos nas alíneas seguintes:
- i. 1.º Critério: Pontuação no fator “preço”, ficando ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a maior pontuação neste fator;

- ii. 2.º Critério: Pontuação no subfator “prazo de entrega”, ficando ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a maior pontuação neste fator;
- iii. 3.º Critério: Pontuação no subfator “armazenamento do equipamento”, ficando ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a maior pontuação neste fator;
- iv. 4.º Critério: Sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos, correspondendo a 1.ª extração à proposta vencedora.

### **19. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

### **20. NEGOCIAÇÃO**

As propostas não serão objeto de negociação.

### **21. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **22. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

- 22.1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados

para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

- 22.2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da entidade adjudicante, (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

### **23. CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

- 23.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 23.2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

## **CAPÍTULO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **24. LISTA DE CONCORRENTES**

- 24.1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procederá à publicitação da lista de concorrentes na plataforma acinGov.
- 24.2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 24.3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente ponto.



### **25. ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

- 25.1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no ponto 17, do presente Programa de Procedimento.
- 25.2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP.
- 25.3. As propostas de cuja análise resulte a verificação de qualquer causa de exclusão, não serão objeto de avaliação.
- 25.4. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.

### **26. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

- 26.1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 26.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta.
- 26.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

### **27. SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS**

- 27.1. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 27.2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

### **28. RELATÓRIO PRELIMINAR**

- 28.1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação por lote das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
- 28.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no ponto 26 do presente Programa de procedimento.
- 28.3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

### **29. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

### **30. RELATÓRIO FINAL**

- 30.1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no ponto 25 do presente Programa de Procedimento.
- 30.2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 30.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 30.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

### CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

#### **31. DEVER DE ADJUDICAÇÃO**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas em cada um dos lotes objeto do procedimento.

#### **32. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

32.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.

32.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o(s) adjudicatário(s) para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 33 do presente Programa de procedimento;
- b) Prestar a caução devida;
- c) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

32.3. A notificação referida no n.º 32.1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

### CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

#### **33. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

33.1. Para efeitos de contratação o(s) adjudicatário(s) deve(m), no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os seguintes documentos, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov:

- a) Declaração emitida conforme Anexo II do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (já com as alterações previstas no artigo

23.º da referida Lei), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento (Anexo II do presente Programa de Procedimento);

- b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
- e) Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo III do presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o concorrente for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa devidamente certificada nos termos da lei.
- g) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo e/ou código de acesso online para consulta eletrónica, se aplicável;

33.2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao(s) adjudicatário(s), ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

### **34. IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 34.1. Os documentos de habilitação do(s) adjudicatário(s) indicados no ponto 33.1 devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 34.2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve(m) o(s) adjudicatário(s) fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 34.3. O(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
- 34.4. A pedido do(s) adjudicatário(s), o prazo fixado no número anterior para apresentação dos documentos de habilitação para o respetivo lote pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 34.5. O(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar reprodução dos documentos referidos no ponto anterior através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.
- 34.6. Quando os documentos a que se refere a alínea b), c), d) e f) do nº 33.1 do ponto anterior do presente programa de procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o(s) adjudicatário(s) pode(m), em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 34.7. Quando o(s) adjudicatário(s) tenha(m) prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), c), d) e f) do n.º 33.1 do ponto anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
- 34.8. Caso o(s) adjudicatário(s) se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.

34.9. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.

34.10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo(s) adjudicatário(s), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

### **35. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS**

35.1. Quando o(s) adjudicatário(s) for(em) um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos previstos nas alíneas b), c) e f) do n.º 33.1 do presente Programa de procedimento e os registos criminais das empresas devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento;
- b) Os documentos previstos na alínea a) e e) do n.º 33.1 do presente Programa de Procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, caso ainda não tenham sido apresentados, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- c) Devem ainda ser entregues os registos criminais de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada uma das entidades que integram o agrupamento.

### **36. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES**

O presente procedimento não obriga a prestação de caução, considerando que o preço contratual é inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), nos termos do descrito na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

### **37. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

37.1. A adjudicação do lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o respetivo adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no n.º 34.3 do presente Programa de Procedimento

- b) No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
- c) Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.

37.2. Nos casos previstos nos números anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

### **38. NÃO PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

38.1. A adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.

38.2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

### **39. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

39.1. Não há lugar à adjudicação do lote quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;

39.2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

## **CAPÍTULO VI– CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **40. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO**

O(s) contrato(s) será(ão), nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido(s) a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

### **41. ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

41.1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, do respetivo adjudicatário.

41.2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

### **42. RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO**

- 42.1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 42.2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 42.3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

### **43. OUTORGA DO CONTRATO**

- 43.1. A eventual outorga do(s) contrato(s), terá lugar no prazo de trinta (30) dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
- 43.2. A Entidade adjudicante comunica ao(s) adjudicatário(s) com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a data limite da outorga e remessa do contrato.
- 43.3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 43.2.

### **44. NÃO OUTORGA DO CONTRATO**

- 44.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o(s) adjudicatário(s) não remeter(em) o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
- 44.2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 44.3. Se, por facto que lhe seja imputável à Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o(s) adjudicatário(s) pode(m) desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser(em) indemnizado(s) por todas



as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu(eram) com a elaboração da proposta.

44.4. No caso previsto no número anterior, o(s) Adjudicatário(s) pode(m), em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

### **CAPÍTULO VII– DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS**

#### **45. PROVA DE DECLARAÇÕES**

45.1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

45.2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário(s) dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente ponto, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

#### **46. FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

### **CAPÍTULO VIII– DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **47. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso, os interessados, os concorrentes e o(s) adjudicatário(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

#### **48. ENCARGOS DOS CONCORRENTES**

48.1. São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável;

48.2. As despesas e encargos inerentes à redução do(s) contrato(s) a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo(s) adjudicatário(s).

### **49. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

49.1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes.

49.2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, e demais legislação em vigor aplicável.

### **50. ANEXOS**

50.1. Em anexo remete-se:

- a) o **Anexo I** - Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
- b) o **Anexo II** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio];
- c) o **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- d) o **Anexo IV** - Modelo de proposta de preço;
- e) o **Anexo V** – Modelo de declaração de independência da proposta;
- f) o **Anexo VI** – Modelo de avaliação das propostas;
- g) o **Caderno de Encargos**, inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do artigo 42.º do CCP.

### **Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]**

1 ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a “Aquisição de simuladores para Centro Tecnológico Especializado (CTE) industrial, por lotes”, com referência 0147-2024\_CPI, lançado por POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.**

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no ponto 8 do Programa de Procedimento

### **Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a "Aquisição de simuladores para Centro Tecnológico Especializado (CTE) industrial, por lotes", com referência 0147-2024\_CPI, lançado por POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas **nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no ponto 8 do Programa de Procedimento

### **Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no lote \_\_\_\_ [identificar o(s) lote(s) que lhe foram adjudicados] do procedimento de formação do contrato n.º 0147-2024\_CPI para a “Aquisição de simuladores para Centro Tecnológico Especializado (CTE) industrial, por lotes”, lançado pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no ponto 8 do Programa de Procedimento

## Anexo IV – Modelo de proposta de preço e de outros atributos

\_\_\_\_\_ (designação do concorrente), com sede na \_\_\_\_\_ (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, com uma dimensão \_\_\_\_\_ [escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média], obriga-se a fornecer o(s) equipamento(s) que constituem o objeto do(s) lote(s) a que concorre, do Concurso Público com publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, com referência 0147-2024\_CPI, relativo à "Aquisição de simuladores para Centro Tecnológico Especializado (CTE) industrial, por lotes", lançado pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., em conformidade com as peças de procedimento, pelo valor total proposto de \_\_\_\_\_ € (extenso), englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Ao referido valor total proposto correspondem os seguintes preços unitários, os quais incluem todos os custos e encargos estabelecidos no n.º 4 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos:

**[Preencher apenas para os lotes a que concorre]**

ARTIGO	DESIGNAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNIDADE	QTD ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO (€) (SEM IVA E NO MÁXIMO COM 2 CASAS DECIMAIS)	PREÇO PARCIAL (€)
LOTE A -						
1.1	Simuladores portáteis	De acordo com o disposto na Cláusula 34.ª do Caderno de Encargos	UN	6	____€	____€
LOTE B						
1.2	Simuladores portáteis de comando	De acordo com o disposto na Cláusula 34.ª do Caderno de Encargos	UN	6	____€	____€
LOTE C						
1.3	Bancada Electropneumática	De acordo com o disposto na Cláusula 34.ª do Caderno de Encargos	UN	2	____€	____€
LOTE D						

## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1.4	Máquina de Soldar Virtual	De acordo com o disposto na Cláusula 34.ª do Caderno de Encargos	UN	4	___€	___€
LOTE E						
1.5	Bancada Didática Hidráulica	De acordo com o disposto na Cláusula 34.ª do Caderno de Encargos	UN	1	___€	___€

Mais declara que no preço contratual acima indicado está incluído todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

O fornecimento do equipamento objeto do(s) lote(s) a que concorre decorrerá em cumprimento dos seguintes termos e condições:

### **B.1. ARMAZENAMENTO DO EQUIPAMENTO:**

**(O concorrente deve escolher, para cada lote a que concorre, uma das seguintes opções):**

ARMAZENAMENTO DO EQUIPAMENTO	LOTE A Simuladores Portáteis	LOTE B Simuladores Portáteis de Comando	LOTE C Bancada Electropneumática	LOTE D Máquina de Soldar Virtual	LOTE E Bancada Didática Hidráulica
É da responsabilidade do fornecedor o armazenamento do equipamento em local a disponibilizar por si, da sua propriedade ou não, enquanto decorrer a preparação e verificação do local de instalação e/ou se ultrapassado o prazo de entrega contratualizado, pelo período máximo de 30 dias consecutivos a contar desta data, sem qualquer custo adicional para a POMBAL PROF, bem como por qualquer dano causado ao mesmo nesse período	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É da responsabilidade da POMBAL PROF o armazenamento do equipamento enquanto decorrer a preparação e verificação do local de instalação e/ou se ultrapassado o prazo de entrega contratualizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



## **B.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL:**

A assistência técnica, após a entrega, instalação e configuração do equipamento, nos termos da Cláusula 29.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos será prestada presencialmente no prazo máximo indicado abaixo, a contar da data da solicitação da mesma por parte da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A.

***[Preencher apenas para os lotes a que concorre]***

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL APÓS SOLICITAÇÃO DA POMBAL PROF, EM MESES	
LOTE A – Simuladores Portáteis	____ dia(s) útil(éis)
LOTE B - Simuladores Portáteis de Comando	____ dia(s) útil(éis)
LOTE C – Bancada Electropneumática	____ dia(s) útil(éis)
LOTE D - Máquina de Soldar Virtual	____ dia(s) útil(éis)
LOTE E - Bancada Didática Hidráulica	____ dia(s) útil(éis)

## **B.3. SUPORTE TÉCNICO REMOTO:**

A POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A. dispõe de uma bolsa de horas de acordo com o mencionado abaixo para os serviços de suporte técnico, apoio e manutenção via acesso remoto, após a entrega, instalação e configuração do equipamento, nos termos da Cláusula 30.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

***[Preencher apenas para os lotes a que concorre]***

SUPORTE TÉCNICO, APOIO E MANUTENÇÃO VIA ACESSO REMOTO, APÓS ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO, EM BOLSA DE HORAS	
LOTE A – Simuladores Portáteis	Bolsa de ____ horas
LOTE B - Simuladores Portáteis de Comando	Bolsa de ____ horas
LOTE C – Bancada Electropneumática	Bolsa de ____ horas
LOTE D - Máquina de Soldar Virtual	Bolsa de ____ horas
LOTE E - Bancada Didática Hidráulica	Bolsa de ____ horas

### **B.4. FORMAÇÃO:**

Serão desenvolvidas ações de formação ao público-alvo selecionado pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A, nos termos da Cláusula 32.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, com a seguinte duração global:

***[Preencher apenas para os lotes a que concorre]***

FORMAÇÃO	
LOTE A – Simuladores Portáteis	_____ horas
LOTE B - Simuladores Portáteis de Comando	_____ horas
LOTE C – Bancada Electropneumática	_____ horas
LOTE D - Máquina de Soldar Virtual	_____ horas
LOTE E - Bancada Didática Hidráulica	_____ horas

### **B.5. PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO:**

***[Preencher apenas para os lotes a que concorre]***

PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO APÓS A APOSIÇÃO DA ÚLTIMA ASSINATURA ELETRÓNICA	
LOTE A – Simuladores Portáteis	_____ dias consecutivos
LOTE B - Simuladores Portáteis de Comando	_____ dias consecutivos
LOTE C – Bancada Electropneumática	_____ dias consecutivos
LOTE D - Máquina de Soldar Virtual	_____ dias consecutivos
LOTE E - Bancada Didática Hidráulica	_____ dias consecutivos

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que se renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no ponto 8 do Programa de Procedimento

### Anexo V – Modelo de declaração de independência da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao(s) lote(s) \_\_\_\_\_ **[identificar o(s) lote(s) a que concorre]** no procedimento 0147-2024\_CPI, relativo à “Aquisição de simuladores para o Centro Tecnológico Especializado (CTE) Industrial, por lotes”, lançado pela POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A., declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no ponto 8 do Programa de Procedimento

<sup>1</sup> Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

## Anexo VI – Modelo de avaliação das propostas

Para cada um dos lotes objeto do procedimento, o critério básico de apreciação de propostas é o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

Em cada lote, a avaliação global de cada proposta resultará dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores.

O arredondamento dos resultados, qualquer que seja o fator ou subfactor, é considerado às centésimas.

O critério de avaliação compõe-se pelos seguintes fatores:

FATORES E SUBFATORES	COEFICIENTE DE PONDERAÇÃO
<b>A. Preço total da proposta</b>	60%
<b>B. Valia técnica da proposta</b>	40%
<b>B.1. Armazenamento do equipamento</b>	35%
<b>B.2. Assistência técnica presencial</b>	20%
<b>B.3. Suporte técnico remoto</b>	20%
<b>B.4. Formação</b>	20%
<b>B.5. Prazo de entrega</b>	5%

Em cada um dos lotes, a fórmula para obtenção da pontuação final é a seguinte, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$AP = 0,60 \times PP + 0,40 \times VT$$

Sendo,

AP = Avaliação da Proposta

PP = Pontuação do fator “Preço total da proposta”

VT = Pontuação do fator “Valia técnica da proposta”

### A. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO TOTAL DA PROPOSTA”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com a seguinte escala de avaliação:

$$PP = \left[ \frac{(PB - PC)}{PB} \right] \times 100$$

Em que,

$PB$  = Preço base do lote;

$PC$  = Preço total da proposta do concorrente para o lote em apreço

### B. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA”

Em cada um dos lotes objeto do concurso, a avaliação do fator “Valia Técnica da Proposta” será efetuada pela aplicação da seguinte fórmula, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$VT = (0,35 \times ARM) + (0,2 \times ASSIST) + (0,2 \times STR) + (0,2 \times FORM) + (0,05 \times PE)$$

Sendo,

- $ARM$  = Pontuação do subfactor “Armazenamento do equipamento”
- $ASSIST$  = Pontuação do subfactor “Assistência técnica presencial”
- $STR$  = Pontuação do subfactor “Suporte técnico remoto”
- $FORM$  = Pontuação do subfactor “Formação”
- $PE$  = Pontuação do subfactor “Prazo de entrega do equipamento”

## B.1. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFACTOR ARMAZENAMENTO DO EQUIPAMENTO

A avaliação do subfator “Armazenamento do equipamento” será pontuada de acordo com a seguinte escala, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

Armazenamento dos bens	Pontuação
O concorrente obriga-se a armazenar o equipamento em local a disponibilizar por si, da sua propriedade ou não, enquanto decorrer a preparação e verificação do local de instalação e/ou se ultrapassado o prazo de entrega contratualizado, pelo período máximo de 30 dias consecutivos a contar desta data, sem qualquer custo adicional para a POMBAL PROF e responsabilizando-se por qualquer dano causado aos mesmos nesse período	100 pontos
O armazenamento do equipamento objeto do contrato enquanto decorrer a preparação e verificação do local de instalação e/ou se ultrapassado o prazo de entrega contratualizado e os respetivos custos inerentes é da responsabilidade da POMBAL PROF	0 pontos

## B.2. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFACTOR ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL

A avaliação do subfator “Assistência Técnica” será pontuada de acordo com a seguinte escala, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

Tempo de resposta de assistência técnica após solicitação da POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S.A.	Pontuação
Tempo de resposta da assistência técnica nas instalações da POMBAL PROF (presencial) < 1 dia útil	100 pontos
1 dia útil ≤ Tempo de resposta da assistência técnica nas instalações da POMBAL PROF (presencial) < 2 dias úteis	75 pontos
2 dias úteis ≤ Tempo de resposta da assistência técnica nas instalações da POMBAL PROF (presencial) < 3 dias úteis	50 pontos

3 dias úteis ≤ Tempo de resposta da assistência técnica nas instalações da POMBAL PROF (presencial) < 4 dias úteis	25 pontos
4 dias úteis ≤ Tempo de resposta da assistência técnica nas instalações da POMBAL PROF (presencial) ≤ 5 dias úteis	0 pontos

### B.3. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFACTOR SUPORTE TÉCNICO REMOTO

Este subfactor avalia os serviços propostos para o suporte técnico, apoio e manutenção via acesso remoto, após entrega, instalação e configuração dos equipamentos, sem qualquer custo adicional para a POMBAL PROF, em banco de horas, que incluirá serviços como:

- a) Reporte de defeitos;
- b) Sistema de suporte e chat online, para esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento do equipamento
- c) Gestão e recuperação de backups;
- d) Otimização dos equipamentos;
- e) Atualizações de Software.

A avaliação do subfactor “Suporte técnico remoto” será pontuada de acordo com a seguinte escala, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$STR = \left[ \frac{(STRC - STRmin)}{(STRmax - STRmin)} \right] \times 100$$

Sendo,

$STRmax$  = número de horas máximo para os serviços de suporte técnico, apoio e manutenção via acesso remoto = 100 horas [os concorrentes podem apresentar um número de horas superior a 100 ao qual ficarão vinculados. No entanto, neste caso, para efeitos de avaliação das propostas, a proposta será pontuada com 100 pontos]

$STRmin$  = número de horas mínimo admissível para os serviços de suporte técnico, apoio e manutenção via acesso remoto = 25 horas



*STRC* = número de horas para os serviços de suporte técnico, apoio e manutenção via acesso remoto proposto pelo concorrente, em horas

### B.5. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFACTOR FORMAÇÃO

Este subfactor avalia a formação proposta sobre o equipamento adjudicado, em horas de formação, que incluirá serviços como sessões de formação teórica e formação prática

A avaliação do subfactor “Formação” será efetuada pela aplicação da seguinte fórmula sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$FORM = \left[ \frac{(NHFC - NHFmin)}{(NHFmax - NHFmin)} \right] \times 100$$

Sendo,

*NHFmax* = número de horas de formação máximo = 100 horas [os concorrentes podem apresentar um número de horas de formação superior a 100 ao qual ficarão vinculados. No entanto, neste caso, para efeitos de avaliação das propostas, a proposta será pontuada com 100 pontos]

*NHFmin* = número de horas de formação mínimo admissível = 8 horas

*NHFC* = número de horas de formação proposto pelo concorrente, em horas

### B.5. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFACTOR PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO

Este subfactor será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com a seguinte escala de avaliação:

$$PE = \left[ \frac{(PEmax - PEC)}{PEmax} \right] \times 100$$

Em que,

*PEmax* = Prazo máximo de entrega da totalidade dos equipamentos objeto do lote = 84 (oitenta e quatro) dias consecutivos, a contar da data da aposição da última assinatura no contrato

*PEC* = Prazo de entrega da totalidade do equipamento propostos pelo concorrente em dias consecutivos após a aposição da última assinatura no contrato